

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

## **7**

**Atena Editora**  
**2018**

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922016</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>103</b>
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>183</b>

## FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

### **Daniele de Fátima Amorim Silva**

Professora da Universidade Ceuma, Departamento de Administração  
São Luís - Maranhão

### **Talita de Sousa Nascimento**

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa  
São Luís - Maranhão

### **João Carlos Souza Marques**

Pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa  
São Luís - Maranhão

### **Jainne Soares Coutinho**

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa  
São Luís - Maranhão

### **Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima**

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa  
São Luís - Maranhão

**RESUMO:** À medida que o Brasil se inseria na onda global de crescimento e estabilização, ocorreu um processo de inegável esgotamento da produção industrial, com encolhimento persistente do valor adicionado e do nível de empregos nacionais. O Estado

se tornou refém de um “tissunami financeiro” a procura de valorização crescente, enquanto simultaneamente a necessidade financiar o déficit em conta corrente pressupunha articulação de políticas monetárias restritivas - manutenção de juros elevados; e políticas fiscais contracionistas, para fabricar um superávit primário que remunerasse os capitais externos. Contudo, há espaço para retomada da participação do Estado e do processo de industrialização no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; desindustrialização; financeirização.

**ABSTRACT:** As Brazil became part of the global wave of economic growth and stabilization, an undeniable process of industrial production exhaustion with a persistent shrinkage of additional value and national employment level occurs. The State becomes hostage of a “financial tsunami” with an increasing appreciation quest; while simultaneously the need to finance current account deficit, suppose an articulation of restrictive monetary policies – maintain interest rate high; and contractionary fiscal policies, to build a primary surplus capable to pay the external capitals. However, there is space to retake State participation into the industrialization process of the country.

**KEYWORDS:** Brazil; Deindustrialization; Financialization.

## 1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre processo de desindustrialização no Brasil carece de qualificação no sentido de apontar suas reais causas e possíveis consequências para a nação. Entende-se o “fenômeno da desindustrialização como um processo de mudança estrutural caracterizado pela redução da atividade industrial em determinado país ou região” (SILVESTRE; HAFFNER, 2015, p. 2), ressaltando que perda de participação da indústria e do emprego industrial no Produto Interno Bruto é a cristalização deste processo em curso.

Dito isso, a principal hipótese deste artigo é que a inserção desregrada ao arcabouço neoliberal de desregulamentação financeira e liberalização levaram a desarticulação progressiva das forças produtivas e sendo responsável por destruir a indústria nacional e criar um ambiente propício à alavancagem financeira e reprimarização da pauta exportadora. Nesse sentido, busca-se mensurar em que medida o processo de financeirização da economia brasileira impacta na industrialização conquistada em meados do século passado, comandada, principalmente pelo ente estatal; e iniciar uma breve revisão bibliográfica da terminologia capital financeiro com as principais argumentações utilizadas para qualificar o processo crescente da financeirização no mundo. Logo em seguida aborda-se a desindustrialização brasileira via processo de financeirização nacional, elaborando breve resgate do período que o antecede – o processo de industrialização. Demonstra-se que a postura ativa do Estado brasileiro enquanto promotor do desenvolvimento por meio da industrialização se esfacela à medida que o capital financeiro inunda a economia e as recomendações de uma política fiscal mais ortodoxa se implementam no país até o ponto em que o Estado torna-se refém do artesanal ideológico neoliberal, obstruindo seu ativismo e aos poucos deteriorando a grande indústria, símbolo da sua trajetória desenvolvimentista.

## 2 | FINANCEIRIZAÇÃO COMO PRODUTO DAS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Em o *Capital*, Marx utiliza a expressão “capital financeiro” como uma forma específica de capital portador de juros, que se apresenta sob a forma dinheiro realizando a função de circulação para o capital industrial e comercial. Essa função específica do capital- dinheiro em busca de espaços de valorização, se dá a partir do processo inerente ao capitalismo na realização da produção.

O dinheiro efetua alguns movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e do capital comercial, como por exemplo, pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, etc. quando estes movimentos se tornam função autônoma de um capital particular que os executa como operações peculiares e nada além disso, transformam esse capital em capital financeiro (MARX, 1985, p.363).

Apesar deste conceito definido por Marx se centrar no sistema de crédito, pautado no empréstimo para investimentos em bens materiais com a garantia de pagamento de juros, ele também desenvolveu o conceito de capital fictício, desvinculado da materialidade e capitalizado em rendimentos futuros. De forma que, essas duas categorias marxianas levam à compreensão do que outros autores viriam chamar de capital financeiro.

Hilferding (1985) foi o primeiro autor a chamar atenção para o termo capital financeiro. Para ele, haveria uma espécie de sobreposição do capital bancário sobre o capital produtivo, como resultado dos investimentos crescentes do capital bancário na indústria. “O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças” (HILFERDING, 1985, p.283).

Dessa forma, supõe-se que está em curso um processo de financeirização, processo esse, entendido por Chesnais (1996), como fase de “dominância financeira” ou “etapa particular do estágio do imperialismo compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro” (CHESNAIS et al., 2003, p. 46) e por Harvey (1990), como regime de “acumulação flexível”. Ambos face da mesma moeda, tentando explicar a inserção do neoliberalismo no mundo contemporâneo, que por sua vez,

Envolve uma mudança nas relações sociais internas em favor dos interesses do credor e do investidor, com a subordinação dos setores produtivos aos setores financeiros, e com uma tendência a afastar da riqueza do poder e da segurança a maior parte da população trabalhadora. A transformação do ambiente externo dos Estados toma o nome de globalização: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas (GOWAN, 2003, p.9).

O rompimento do modelo estrutural, que até o início dos anos 80 dominava o cenário mundial, era um prenúncio de um espaço de valorização inovador pela dimensão que ganhava em termos mundiais. Harvey (2005) denomina o período como:

Uma crise de sobre acumulação do capital se origina do estado em que o reinvestimento do capital no mesmo empreendimento/setor produz lucros decrescentes devido aos limites de valorização, ou seja, quando a mais-valia produzida, em quantidade sempre crescente, não pode mais ser reinvestida de forma lucrativa.

A crise de acumulação e os problemas estruturais enfrentados com queda nas taxas de retorno do capital impulsionava o modo de acumulação flexível, essa nova etapa “é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 2005,

p.140), que é substituído gradualmente por um modelo baseado na internacionalização de empresas e intensificação dos fluxos das finanças mundiais.

Para Chesnais (1998, p. 17), “a gradativa reconstituição de massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”. Dando origem, segundo Silvestre; Haffner (2015, p. 3) a “três movimentos distintos voltados para favorecer a acumulação do capital em escala global e sob o domínio do capital financeiro: de financeirização, de terceirização e de realocação das atividades econômicas”.

A virada neoliberal iniciada pelos Estados Unidos e Inglaterra com seus planos de liberalização, de desregulamentação e privatização, reuniram as condições políticas e sociais para a consolidação do regime financeiro. Categoricamente, Chesnais (1998) divide o processo de mundialização financeira em três fases distintas. A primeira fase, está ligada ao enterro do Acordo de Bretton Woods (retirada do lastro-ouro do dólar), resultado da decisão unilateral da economia norte-americana e sua condição geopolítica privilegiada, desconsiderando os efeitos negativos sobre a estabilidade cambial e situação de países periféricos. Para Chesnais (1998, p. 25), o movimento foi “uma medida dos EUA para contornar o seu duplo déficit orçamentário e fiscal”, visto que o país foi e continua o principal beneficiado com a medida (Silvestre; Haffner, 2015).

Outro fator que impulsionou a financeirização global foi a reciclagem dos petrodólares<sup>1</sup>, desde sua oferta abundante e busca de destinos mais rentáveis, que se encontraram nos países subdesenvolvidos, carentes de financiamento e dispostos a pagar qualquer preço pelo dinheiro emprestado. Assim, construía-se o cenário para as mais longas e desastrosas crises das dívidas enfrentadas pela periferia.

A segunda fase, caracteriza-se pelo processo de desregulamentação e liberalização financeira. Se no desenho inicial, essas medidas previam apenas eliminação de barreiras no mercado interno e extinção dos controles de capital no mercado externo, o que se seguiu, como ressalta Chesnais (1996, p. 261), foi a “quase completa perda de controle pelos bancos centrais sobre a determinação das taxas de juros” e a “abolição das regulamentações e controles no tocante à fixação dos preços dos serviços bancários” (CHESNAIS, 1998, p. 262), originando uma gama de inovações financeiras, destacando-se a ampliação do mercado de títulos da dívida pública em termos mundiais.

Para Lapyda (2011, p. 33): “a liberalização dos mercados de negociação de papéis da dívida dos Estados foi de importância primordial para a ascensão da financeirização, na medida em que a “securitização” da dívida expandia o escopo do capital fictício”.

---

1 Quando a OPEP resolveu aumentar subitamente o preço do petróleo em 1973, e passou a exigir que os pagamentos fossem feitos exclusivamente em dólares, os bancos multinacionais ficaram com seus cofres abarrotados. Tais recursos ficaram popularmente conhecidos como petrodólares. A enorme oferta de petrodólares exigia novas áreas para investimentos e os clientes preferenciais passaram, então, a ser os governos (dos países em desenvolvimento). (SOARES, 2015, p.53)

Com isso Chesnais (1998, p. 26) destaca:

A 'mercadorização' dos títulos da dívida marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivas. Ela pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de 'remuneração' dos empréstimos, isto é, das taxas de juros a longo prazo.

A posição privilegiada dos investidores não abria espaço para perdas no mercado, pois agora poderiam escolher a taxa de remuneração dos seus ativos financeiros. Somado a isso, a redução dos impostos sobre o capital e a renda das classes mais abastadas impactaram nas receitas e na forma de financiamento do governo. Para Chesnais (2005, p. 24) essa “escolha do endividamento no lugar dos impostos como modo de financiamento das despesas públicas tem profundas raízes sociais”, subordinando o Estado ao capital financeiro.

A facilidade de alterar a política monetária via câmbio e juros fez dos EUA o maior destino de capitais do mundo, elevando sua capacidade de endividamento ao mesmo tempo em que fortalecia a ditadura dos credores no mundo das finanças. Desse modo, bastou uma apreciação do dólar que forçasse a taxa de juros dos EUA a subir para derrubar a economia dos países subdesenvolvidos, tendo em vista, suas elevadas dívidas em dólar atreladas a taxa de juros estadunidense. Assim, estes países tornavam-se vítimas de um estado da arte, que os forçava a tomar empréstimos para honrar os serviços da dívida.

A terceira fase, sugerida por Chesnais, refere-se a abertura e desregulamentação dos mercados acionários, maneira mais eficiente de “transferência de riqueza e de acumulação de capital” (LAPYDA, 2011, p. 36), que potencializa o grau de especulação e da procura contínua de destinos com maior capacidade de valorização. Marcando a fase da “incorporação dos mercados emergentes” (LAPYDA, 2011, p. 37) na década de 1990, que devido à alta vulnerabilidade desses países em virtude do volume astronômico de suas dívidas, funcionou como mecanismo de cooptação ao mundo financeirizado, principalmente por coação dos EUA e do Fundo Monetário Internacional – FMI.

Por conseguinte, os países periféricos perderam a capacidade de realizar políticas fiscais consistentes “de regular a demanda efetiva, de regular os fluxos internacionais de capital, de proteger o mercado de trabalho e de proteger a indústria local” (AMARAL, 2012 p.113), e é certo de que “a ‘dívida do Terceiro Mundo’ foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas energéticas e de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização” (CHESNAIS, 2005, p. 67).

A velocidade com que as medidas arquetetadas no Consenso de Washington eram implementadas nos países periféricos foi a mesma com que ocorriam as crises econômicas, características dessa nova fase. Específicas desse período, as crises embora surgissem na esfera financeira, automaticamente se propagavam para esfera produtiva. Ademais, diferente das crises anteriores cujos problemas faziam-

se presente na acumulação de capital, as atuais crises, ocorrem em um cenário de contínuo decréscimo do produto nacional bruto, descompasso que fica evidente em termos de crescimento do estoque do produto real e da riqueza financeira, conforme apresenta Paulani (2009, pp. 29-30) “ao longo desses 26 anos, o PIB mundial cresceu 314%, ou 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu, no mesmo período, 1.292% , ou 13,9 vezes”, como pode ser observado na Tabela 1.

Ano	Estoque de ativos financeiros* (a)	PNB mundial (b)	(a)/(b) %
1980	12	11,8	1,02
1993	53	2439	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

Tabela 1 - Riqueza fictícia e renda real, entre 1980 e 2010 (US\$ trilhões)

Fonte: McKinsey Global Institute (Ativos), FMI (PNB), apud Paulani (2009)

\*Inclui ações e debentures, títulos de dívida privados e públicos \*\*Estimativa. \*\*\*Projeções.

O descolamento da riqueza financeira que entende-se ser mais qualitativa do que quantitativa impõe um elevado nível de arbitrariedade aos investidores, seja na alocação do capital investido, seja na rapidez em que ele pode ou deve ser valorizado. Duménil e Lévy (2005, p.90) complementam afirmando que a taxa de juros, os dividendos e o elevado valor das ações são os principais instrumentos que alimentam essa performance, promovendo uma espécie de “drenagem de renda para os detentores do capital financeiro”. Este cenário traçado até este ponto será o principal pano de fundo da próxima seção, como explicação para o processo de desindustrialização enfrentado por muitos países, principalmente no Brasil, objeto deste estudo.

### 3 | A FINANCEIRIZAÇÃO NA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Nos anos 30 presencia-se no Brasil o que poderíamos chamar de euforia do desenvolvimento, embasado, principalmente, na onda industrializante pela qual o país passava. As políticas industriais foram direcionadas rumo a consolidação da redução dos elevados níveis de pobreza do país e da distância aos centros desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2009).

O Estado foi protagonista neste processo de industrialização, valendo-se de

uma política fiscal expansionista enquanto âncora da demanda agregada, condição necessária para que este movimento consolidasse, tendo em vista a presença de elementos que travavam o início da industrialização como: heterogeneidade estrutural, elevado grau de deterioração dos termos de troca e o desequilíbrio do balanço de pagamento (BIELSCHOWSKY, 2009). Logo após, assistiu-se a expansão de uma infraestrutura produtiva, com aumentos sucessivos do valor adicionado pela produção industrial ao produto agregado.

No entanto, a “adesão” às diretrizes presentes no Consenso de Washington inseriria o país em outro patamar. Pois, uma nova política era traçada tanto para os países desenvolvidos quanto para a periferia. Embora os países periféricos se encontrassem em elevados graus de endividamento e restrições externas, a política neoliberal “garantiria” crescimento do emprego, da renda, estabilidade macroeconômica e geração de riquezas para as nações. Sepultava-se aqui o estado desenvolvimentista, idealizador do bem-estar social (*welfare state*) em prol do livre mercado retomando as regras do *mainstream* econômico.

Antes deste “novo” padrão, o Estado detinha um papel fundamental na indução de políticas desenvolvimentistas; na fase posterior essa tarefa é assumida pelo mercado (supostamente). A partir desta troca de funções e de atores, a dinâmica econômica assume em diferentes locais e atividades caminhos distintos (MESQUITA, 2011, p.25).

Assistiu-se também à desarticulação do setor estatal, dando origem a abertura excessiva de capital externo em busca de destinos rentáveis. As políticas econômicas se voltaram para a crescente “necessidade” de estabilização e obtenção de divisas.

Para cobrir o rombo das contas externas, o governo aumentou as taxas de juros e aprofundou a desregulamentação financeira, para atrair o capital especulativo, além de inaugurar um programa de privatizações, principalmente das empresas públicas de telecomunicações, que colocaram o Brasil na agenda do capital financeiro internacional. A política de juros elevados, muito acima dos praticados no mercado internacional, além de produzir efeitos negativos no comportamento dos investimentos produtivos, especialmente na indústria, provocou a deterioração das contas públicas, devido ao aumento dos gastos com pagamento dos juros (SILVESTRE; HAFFNER, 2015, p. 12).

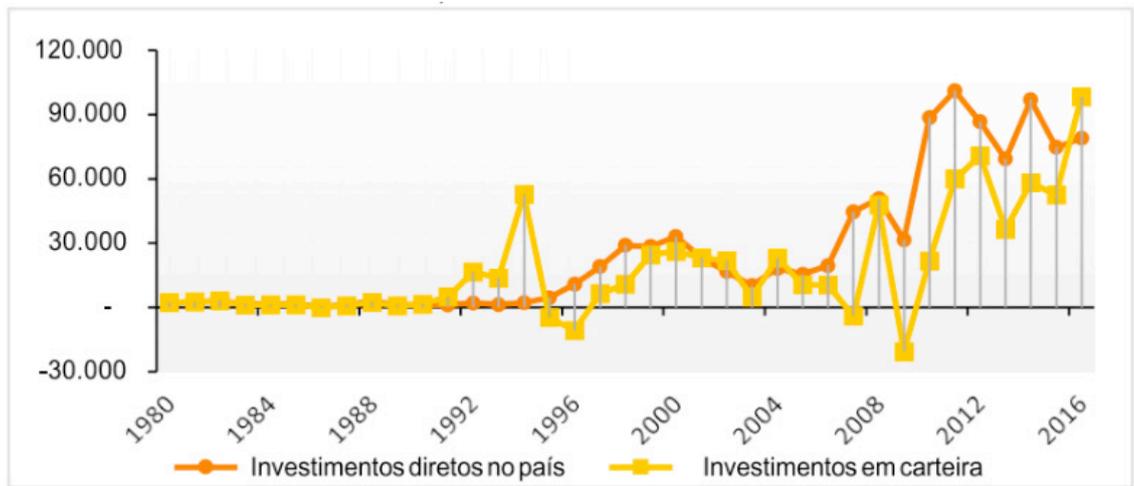


Gráfico 1 - Evolução do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira no Brasil em US\$ milhões, entre 1980 e 2016

Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração própria

Para se ter uma ideia do problema posto por Silvestre e Haffner (2015), analisa-se a evolução do ingresso de capitais no país (investimento estrangeiro direto, voltado para atividades produtivas e investimento em carteira, destinado a compra de títulos públicos e ações). Percebendo-se uma verdadeira enxurrada de capitais que cresceu em velocidade acelerada a partir da década de 1990 (Gráfico 1) e ao mesmo tempo, se nota expressiva volatilidade dos capitais destinados a aplicação de curto prazo.

A desregulamentação representa uma guinada nas finanças do país, com atração em massa de recursos externos, principalmente pela manutenção dos juros em patamares extremamente altos em relação ao resto do mundo. A atração maciça, ocorreu via investimento em títulos públicos do governo e deu suporte ao processo de privatização, ou melhor, desnacionalização das empresas estatais, significando um processo contínuo de transferência de riqueza através de lucros, dividendos e juros para os verdadeiros proprietários. Para Paulani (2009, p. 34), “o Brasil nos anos 90 tornou-se potência financeira emergente, tendo, para tanto, realizado todas as reformas estruturais necessárias, da estabilização monetária à abertura financeira incondicional, da reforma da previdência às mudanças na lei de falências.” Em complemento, Silvestre e Haffner (2015, p. 15) destacam:

No início dos anos 1990, a razão entre ativos financeiros e capital produtivo recua para menos de 20% e, desde então, volta a crescer até ultrapassar os 70% na crise financeira internacional de 2008. Esse crescimento vertiginoso da acumulação financeira, especialmente no período 1991-2008, representa um aprisionamento das finanças públicas pela macroestrutura financeira da economia brasileira.

Deste modo, a indústria deixa de ser o principal alvo das políticas internas e que se torna cada vez mais débil, com perdas de espaço na produção nacional e na capacidade de gerar transbordamentos sobre o emprego e a renda, iniciando um

contínuo processo de desindustrialização.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) defendem que a perda de participação do emprego industrial no emprego agregado é a principal característica da desindustrialização. Nos moldes atuais, o conceito de Tregenna (2009) que inclui o valor adicionado da indústria é mais aceito, de forma que, a perda gradativa de participação do emprego industrial no emprego total, assim como do valor agregado pela indústria no PIB configuram, nestes termos, a desindustrialização de um país ou uma região.

Na medida em que a indústria é considerada um setor estratégico para o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento sustentado, um processo na direção contrária, confirmado na economia brasileira, põe toda essa capacidade em xeque. Nestes termos, Oreiro; Feijó (2010, p.224) afirmam que “a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento”.

Como forma de ilustrar a perda de espaço da produção o Gráfico 2 apresenta os dados da participação da indústria de transformação brasileira no produto agregado. Excluindo essa particularidade, observa-se o desmonte contínuo do processo de industrialização iniciado em meados do século anterior. No ápice da industrialização, a indústria de transformação chegou a perfazer 35,8% no PIB em 1985, participação reduzida para 12% em 2014.



Gráfico 2 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), entre 1946 e 2014

Fonte: Dados IPEADATA \*Elaboração própria

A desindustrialização da economia brasileira nos anos 1980 e 1990, resultaram em queda no nível de investimentos do setor e da transferência de recursos para setores menos produtivos, como o setor de serviços (Marquetti, 2002). No mesmo período, Bonelli (2008) creditou a perda de importância da indústria ao acirramento da competição interna e externa, refletindo a desregulamentação comercial, financeira e

cambial.

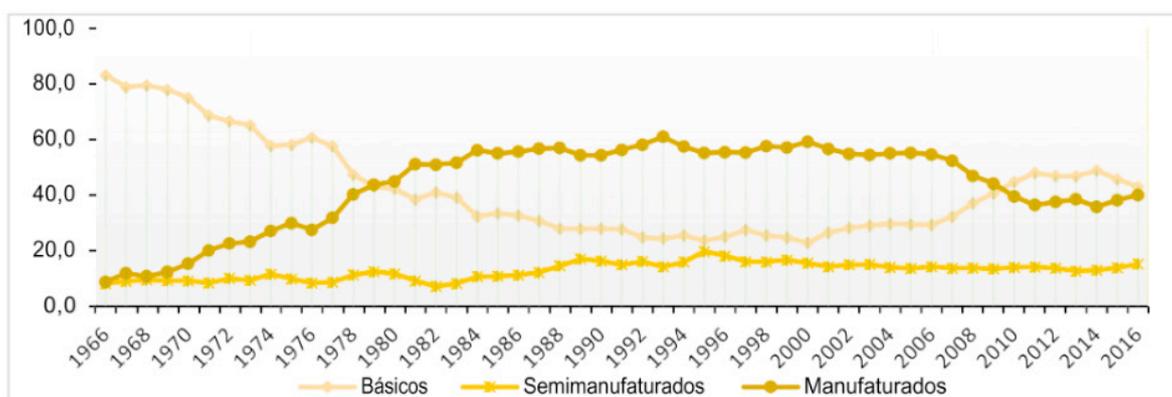


Gráfico 3 - Evolução das Exportações Brasileiras por Fator Agregado em US\$ milhões FOB, entre 1964 e 2016

Fonte: Dados MDIC/Secex \*Elaboração própria

Para Oreiro e Feijó (2010, p.224) “existem sinais não desprezíveis de mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia brasileira na direção de atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico”, como decorrência de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, na qual os países periféricos são responsáveis por abastecer o mundo por produtos de menor valor agregado e de baixa produtividade. Essa nova dinâmica exportadora é mostrada no Gráfico 3, no qual fica evidente a reprimarização do comércio exterior brasileiro.

Avançando nessa discussão, Silvestre; Haffner (2015, p. 17) pontuam: “Essas transformações na estrutura da produção e do comércio exterior tem reproduzido com os países desenvolvidos, desde a década passada, um sistema de relações de troca tradicional do tipo centro-periferia”.

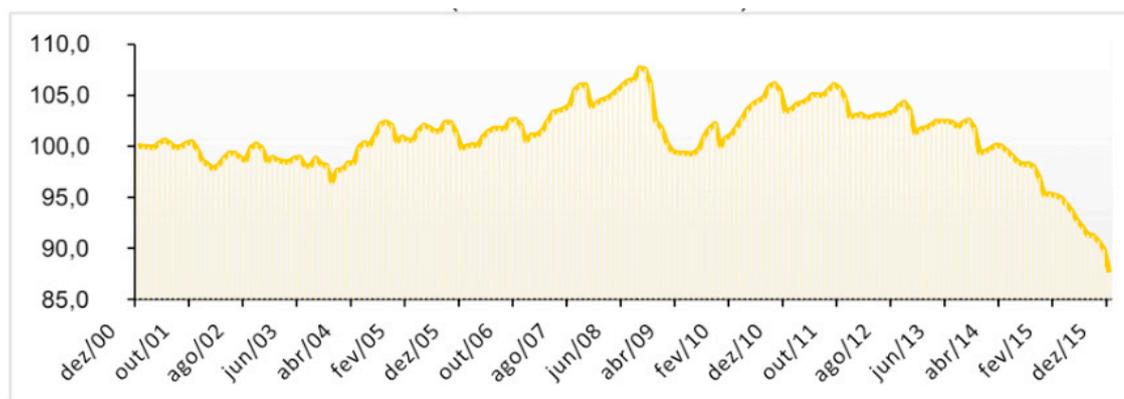


Gráfico 4 - Evolução da População Ocupada na Indústria de Transformação, entre dez/00 e dez/15 (Janeiro de 2001=100)

Fonte: Dados IBGE/Pesquisa Mensal do Emprego \*Elaboração própria

A convivência com a necessidade de superávit comercial em grande parte destinado para cobrir o déficit em transações correntes brasileiras ao lado de uma indústria frágil e com menor capacidade de investimento traduz-se também na perda

de participação do emprego industrial na economia, conforme fica evidente no gráfico 4.

Se pudéssemos contar com uma série mais longa veríamos que o processo vem apenas se intensificando, pois de acordo com Pochmann (2001) a participação do emprego da indústria de transformação na indústria mundial caiu de 4,1% em 1980 para 3,1% em 1999, levando-o a concluir que “o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada na economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho” (POCHMANN, 2001, p.263).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, que a opção pela consolidação de um sistema financeiro nos últimos anos eclipsou qualquer ação consistente voltada para o fortalecimento industrial. No qual as escolhas de políticas industriais ativas, voltadas para a reversão do processo de desindustrialização eminente, pressupõem horizonte de longo prazo, possível somente com a participação efetiva do Estado. Na ausência do ente estatal, os ganhos obtidos nas últimas décadas tendem cada vez mais a uma compressão e as externalidades positivas de um setor chave para qualquer economia estão fadados ao desaparecimento.

Enxerga-se, pela dimensão da economia brasileira, capacidade para contornar o estágio atual de subordinação às finanças globais. Entretanto, tudo dependerá da construção de um novo plano de desenvolvimento, no qual o Estado figure como ator principal, que se adeque a nova dinâmica econômica nacional e mundial, sem isolar-se do mercado global mas que vise o crescimento com igualdade, equidade e distribuição de recursos e oportunidades. Isso não significa a replicação dos anteriores, visto as transformações socioeconômicas do país, e nem, optar pelo isolamento do resto mundo, pois precisamos dele para concretização das relações de troca. O modelo só não pode ser o mesmo vigente sob risco de padecermos em um país com crescente desigualdade e escassez de recursos e oportunidades.

#### REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Amaral. Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a Financeirização do capitalismo. 2012. 147 f. (Mestrado em Economia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista Cepal 97**. Abril de 2009.

BONELLI, R. Industrialização e Desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**. Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo, agosto, 2008.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

. (Org.). **A Mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998

. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências / François Chesnais. São Paulo: Boitempo, 2005.

et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã Editora, 2003.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. IN: CHESNAIS, F et al. (Orgs.) **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã Editora, 2005.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México, Fundo de Cultura Econômica, 1990

. **Condição Pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAPYDA, Ilan. **A “Financeirização” no capitalismo contemporâneo**: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. 223 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARQUETTI, A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n.1, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, v. 5, 4. Ed., Difusão Editorial, São Paulo, 1985.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), pp. 219 -232, abril- junho/2010.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.

POCHMANN, Marcio. Globalização e emprego. In: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M., ABRAMOVAY, R. (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2001.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, março de 1999.

SILVESTRE, Maurício José; HAFFNER, Jacqueline A. **Globalização financeira e desindustrialização no Brasil**. In: Conselho Regional de Economia do Paraná. 2015, 20 p. Paraná.

SOARES, Daniele de Queiroz. **Inovação tecnológica e propriedade intelectual no capitalismo contemporâneo**: o contraditório caso do software livre. 2015, 215 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). São Luís, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, 2009.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-064-3

